

III Congreso Internacional

XVII Congreso de Historia Agraria-SEHA - IX Encuentro Rural RePort
Despoblación rural, desequilibrio territorial y sostenibilidad.
Del 3 al 5 de junio de 2020, Salamanca-Zamora

Proposta para Sessão 4 - La destrucción e integración del asociacionismo rural libre en las dictaduras ibéricas del siglo XX / en los regímenes totalitarios del siglo XX. (Una perspectiva euro-americana)

Título: Do livre associativismo rural à organização corporativa do Estado Novo: movimentos e dinâmicas de integração/reconversão no noroeste de Portugal

Nátalia Maria Magalhães Pereira¹

nataliamm.pereira@hotmail.com

Resumo:

O Estado Novo português lança, em Setembro de 1933, a organização corporativa rural, com a criação das Casas do Povo, enquadrando corporativamente trabalhadores e proprietários rurais (Decreto-lei n.º 23051). Em 1939, com a definição do estatuto da organização corporativa dos sectores económicos, são instituídos os Grémios da Lavoura, integrando obrigatoriamente todos os proprietários rurais naquela organização (Decreto n.º 24494).

Este Decreto dita o fim do associativismo livre em Portugal e, conseqüentemente, o fim dos Sindicatos Agrícolas e das Associações de Classe rurais até então existentes ao abrigo de Decreto de nove de Maio de 1891, forçadas a aderir ao novo ideário corporativo, sob pena de dissolução.

É neste horizonte que se inscreve a proposta da comunicação que se apresenta, que visa abordar o período de transição entre o fim do livre associativismo e o associativismo corporativo do Estado Novo, bem como, a implantação deste no terreno. Com o intuito de problematizar esta alteração no panorama associativo português, e tendo como caso de estudo o distrito de Braga, pretende-se analisar os processos de extinção/reconversão das velhas associações de classe, bem como, os processos de implementação dos novos organismos corporativos.

¹ Lab2PT, Universidade do Minho, Portugal.